



1

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

2 No dia vinte e seis de julho de 2012, no auditório da Companhia de Engenharia Ambiental da
3 Bahia - CERB, realizou-se a vigésima terceira reunião ordinária do Conselho Estadual de
4 Recursos Hídricos - CONERH. Estiveram presentes o presidente Eugênio Spengler,
5 representante da Secretaria do Meio Ambiente – Sema, a conselheira Mariana Stefanelli
6 Mascarenhas, representante da Secretaria do Meio Ambiente – Sema, a conselheira Márcia
7 Cristina Telles de Araújo Guedes, diretora geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos
8 Hídricos – Inema, Maria Amélia de Coni e Moura Matos Lins, Representante do INEMA,
9 José George dos Santos Silva, representante do INEMA, José Olímpio Rabelo de Moraes -
10 SEAGRI, Alcina Andrade - SESAB, Maria Aparecida Araújo Figueiredo – SESAB, Hélio
11 Gamalho Vasconcelos – SICM, Evilásio da Silva Fraga – FAEB, João Lopes – AIBA, Leila
12 Marcia Souza Oliveira – ABAF, Demóstenes Miranda de C. Filho – CETREL, Carlos
13 Augusto Pamponet Ribeiro Dantas – Petrobras, Marcos Galindo Pereira Lopes – FIEB, Sergio
14 de Almeida Bastos – COFIC, Rita Barbara Garcez Lima – Associação dos Amigos do Ilé Ase
15 Oya Tola, Julio Cupertino dos Santos – Associação Comunitária Quilombola Baixão Velho,
16 Bruno Jardim da Silva – Escola Politécnica da UFBA, Selma Silva – ABES, Elaine Aparecida
17 Rodrigues – Associação Fórum Pró Cidadania. Eugênio Spengler cumprimentou a todos e
18 como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta. Citou os pontos de pauta: **1** - Leitura e
19 aprovação das atas do CONERH; **2** - Proposta de Revisão e adequação da Resolução nº52/09
20 do CONERH: Estabelece diretrizes e critérios para a formação e funcionamento dos Comitês
21 de Bacia Hidrográfica, de forma a implementar o Sistema Estadual de Gerenciamento de
22 Recursos Hídricos instituído pela Lei Estadual no 11.612, de 8 de outubro de 2009; **3** - Altera
23 a redação do Art. 2º da Resolução 28, de 29 de novembro de 2007 e revogam as Resoluções
24 Nº 57 de 26 de novembro de 2009 e a Nº 68 de 25 de março de 2010; **4** - Proposta de
25 prorrogação da resolução nº73 de 27 de maio de 2012 que trata sobre o prazo dos mandatos
26 dos membros de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs; **5** - Proposta de Criação do Grupo
27 de Trabalho para tratar sobre Medidores de Vazão. **6** – Apresentações sobre: Segurança de
28 Outorga; sobre os Comitês de Bacias; Seca na Bahia; Apresentação da Nota técnica da
29 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA. **7** - O que ocorrer. Eugênio
30 Spengler, após a leitura dos pontos de pauta, apresentou a diretora geral do INEMA, Márcia
31 Telles, e José Ivaldo, o chefe de gabinete do INEMA, falou sobre as mudanças estruturais e
32 administrativas realizadas no âmbito da SEMA e INEMA, discorreu sobre o processo de
33 reformulação do sistema, do cumprimento das etapas de reformulação da legislação ambiental
34 e salientou que a avaliação feita pelo governo e pela Secretaria é que os processos, mesmo
35 com dificuldade, tendem a ganhar velocidade. Cumpriu-se portanto a etapa de reformulação e
36 integração das duas estruturas e a reformulação da lei com o decreto que foi assinado pelo
37 Governador dia 05 de junho, para a próxima etapa é necessário fazer uma análise das
38 resoluções, normas técnicas e portarias e trabalhar a mudança de cultura na casa, também
39 salientou que a casa também esta trabalhando com os fóruns federais que estão abrindo a
40 agenda de regulamentação e de mudança de análise de processos de autorização com a revisão

41 da Resolução nº 01 do CONAMA e a Resolução nº 6938 que serão a pauta de discussão do
42 governo federal com a contribuição da SEMA. Informou que foi aberta a licitação para os
43 planos de Bacia Contas, Recôncavo Sul, Recôncavo Norte, Paraguaçu e leste e os rios
44 Cachoeira e Almada, falou da nova fase para contratação de planos de Bacia para a margem
45 direita do Rio São Francisco onde já existem comitês de Bacias e os demais rios de domínio
46 do estado que ficam situados no extremo sul da Bahia com a previsão de fazer 10 planos de
47 bacias até 2014. Falou da intensificação da discussão dentro do conselho da cobrança, pois já
48 existe um cronograma de cobrança para começar em 2013, provavelmente no comitê de bacia
49 do Recôncavo Norte, porém é necessário que alguns instrumentos estejam funcionando como:
50 plano de bacia, enquadramento, balanço hídrico e o cadastro de usuários da água para
51 trabalhar a cobrança a partir do segundo semestre de 2013, ressaltou a necessidade de discutir
52 a formação de agência de cobrança ou entidade delegatária para servir como agência, indicou
53 que esta discussão deverá ser pautada a partir do mês de agosto no conselho e disse que a
54 proposta do estado é criar duas agências uma do São Francisco e a outra na bacia do Leste.
55 Solicitou que a Secretaria Executiva convidasse a agência delegatária Peixe Vivo para
56 apresentar como se deu a organização da entidade delegatária do São Francisco, além de
57 convocar outras entidades ou agências para que o conselho possa discutir o melhor modelo
58 para o Estado. Declarou que a entidade delegatária tem uma melhor relação custo – benefício
59 para o Estado do que uma agência pública. Eugênio Spengler falou sobre a outorga e
60 salientou que no estado cerca de 95% dos usuários de água não possuem outorga e em
61 algumas regiões fica em torno de 98%, como demonstram as fiscalizações realizadas pelo
62 INEMA. Também informou que normalmente quem tem outorga é quem possui licença
63 ambiental que vincula a outorga, quem possui algum financiamento através de bancos que
64 exigem a mesma ou quem possui determinados tipos de contratos que solicitam a outorga.
65 Todos os outros usuários não estão dentro de nenhum cadastro do Estado, que acaba por
66 desconhecer quem e quantos são os usuários de água do estado. Entretanto, a projeção de
67 usuários no estado fica em torno de 200 mil usuários de água, por isso a discussão sobre
68 outorga deverá ser intensificada, pois o processo utilizado no estado para conceder outorga é
69 moroso e inseguro. Já se está trabalhando no sistema SEIA o desenvolvimento de outorga
70 vinculado e integrado com os outros processos autorizativos, provavelmente o sistema estará
71 disponível até o final do ano e com o desenvolvimento do Estudo de disponibilidade ou
72 balanço hídrico o processo de outorga será mais simples e permitirá uma segurança maior.
73 Além da outorga, temos dois elementos que precisam de discussão intensas: são as políticas
74 de biodiversidade e a questão de combate a desertificação. Anunciou que o Cadastro do
75 CEFIR deve entrar no ar em 01 de setembro, este será um cadastro único que englobará o
76 cadastro rural e todas as informações da propriedade rural, não só reserva legal e APPS como
77 o uso de água este cadastro permitirá a pesquisa da propriedade rural, a ideia é que seja um
78 cadastro único tanto para área rural como para as indústrias, logo esta ferramenta de gestão
79 será mais eficaz. Eugênio salientou que o setor da agricultura é o que mais pressiona,
80 observando que no estado tem 761 mil propriedades rurais e apenas 7 mil estão regularizadas,
81 pela demanda e pela urgência, pressiona por que só existe apenas 1% das propriedades rurais
82 regularizadas, também será trabalhada a agricultura familiar apenas pelo cadastro, e as de
83 médio e grande esta modelando um sistema regularização através de um estudo contratado
84 com duas entidades uma ligada ao agronegócio e outra ligada ao setor ambiental a
85 Conservação Internacional e a Ícone que é um instituto ligado ao agronegócio, que estão

86 desenvolvendo um estudo em duas bacias do oeste baiano e que se esta levando em
87 consideração cobertura florestal, biodiversidade, solo e água e estabelecendo índice de
88 monitoramento de qualidade e caracterização de toda essa região, o que irá facilitar a
89 elaboração do modelo de regularização da atividade rural, a qual não se aplica o mesmo
90 modelo da industria. Devido ao modelo criado em 1981, para indústria que se aplica a todas
91 as áreas, logo se faz necessário criar um modelo mais racional mais real que atenda ao setor e
92 que garanta qualidade. Essa é uma parceria do Estado e a AIBA, também lembrou que esses
93 estudos serão apresentados aos conselhos e serão realizadas consultas públicas para fechar a
94 modelagem de regularização da atividade rural. O presidente salientou que esta colocando
95 esta pauta, pois as mesmas têm a ver diretamente com as atividades deste conselho e informou
96 que o ZEE agora fechou o cronograma e deverá esta pronta em outubro do ano de 2013, nos
97 termos consultas públicas do ZEE, estamos fechando o termo de referencia para contratação
98 da empresa que fará a Atualização do Mapeamento de Cobertura Florestal do Estado, que é
99 um mecanismo importante e provavelmente será concluído até dezembro para que no ano de
100 2013 possa se desenvolver o trabalho e o Oeste do Estado deverá ser o primeiro a ser
101 mapeado, pois é a região mais pressionada devido à expansão agrícola. Explicou que a Mata
102 Atlântica, embora seja também pressionada, tem leis que asseguram um maior controle e o
103 semi árido é menos pressionado do que o Cerrado, também informou que o valor avaliado
104 para o mapeamento é de 9 milhões, e disse que esta é uma ferramenta importante até para
105 definir condições mais racionais da gestão ambiental. Informa que a Secretaria de
106 Planejamento deve fazer a partir do ano de 2013 o Plano Diretor da Bacia de Todos os Santos
107 e não é só da água é de todo entorno do território e que é fundamental para pensar o uso
108 racional deste território, também referiu que estão sendo preparadas as licitações dos planos
109 de manejo e salientou que embora a agenda não seja direta do conselho ela dialoga com o
110 mesmo. O Presidente desejou a Marcia Telles e José Ivaldo sucesso na condução dos
111 trabalhos no INEMA. Agradeceu a Julio Mota pela condução dos trabalhos do INEMA
112 durante o período que estava na diretoria do INEMA e a toda equipe que esteve à frente dos
113 trabalhos. O Presidente informou que, para o segundo semestre deste ano irá trazer para
114 discussão no conselho sobre duas propostas, uma trata sobre as readequações das regiões de
115 planejamentos de Recursos Hídricos, que irá garantir mais densidade e menos custo para o
116 Estado e sugeriu criar subcomitês dentro das regiões de planejamentos; outra, que não está
117 muito aprofundada com a ANA, que trata sobre a criação de comitês de bacias na parte do
118 Estado onde existem comitês compartilhados, pois os comitês compartilhados só atuam nas
119 calhas, e exemplificou que na Região do São Francisco os rios afluentes são de gestão do
120 estado e possuem seus comitês. Disse ainda que no Estado de Minas Gerais já se está
121 realizando os planos de Bacia na área de Minas Gerais, porém salientou que é necessário fazer
122 esta discussão sobre os comitês, pois estas demandas facilitarão a integração dos comitês. O
123 Conselheiro Sergio Bastos solicitou que constasse na pauta do conselho a discussão sobre
124 Pactos Pelas Águas e que tipo de reflexo o Pacto pelas Águas trará para gestão dos recursos
125 Hídricos no Estado. O Presidente informou que este item irá constar, e esclareceu que
126 apresentou a pauta do estado, porém é necessário colocar em discussão a pauta do conselho e
127 por fim agradeceu a todos e passou a palavra para Marcia Telles. A Sr^a Marcia Telles
128 agradeceu a todos e deu encaminhamento a reunião do Conselho e passou para a leitura e
129 aprovação das atas do conselho. Sr^a Mariana Mascarenhas lembrou aos demais membros que
130 as atas foram encaminhadas à Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX e as

131 sugestões foram atendidas na versão levada para aprovação do Conselho. Após os
132 esclarecimentos a Sr^a Marcia Telles questionou aos membros do conselho se havia alguma
133 observação a respeito da ata da 5^a Reunião Extraordinária do CONERH, como não houve
134 nenhuma observação a ata foi aprovada por consenso, Em seguida, o mesmo processo se
135 repetiu com a ATA da 6^a Reunião Extraordinária do CONERH e a ATA da 22^a Reunião
136 Ordinária do CONERH, ambas aprovadas por consenso. Após a aprovação das atas, passou-se
137 para discussão da proposta de Revisão e adequação da Resolução n^o52/09 do CONERH a
138 qual estabelece diretrizes e critérios para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia
139 Hidrográfica, de forma a implementar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
140 Hídricos instituído pela Lei Estadual no 11.612, de 8 de outubro de 2009. Marcia Telles
141 esclareceu que a sugestão é adequação do artigo 11 da resolução 52/09 que passa a ter a
142 seguinte redação “No ato da inscrição, a pessoa (física ou jurídica) deverá entregar, mediante
143 protocolo, todos os documentos listados nos artigos seguintes, em envelope identificado a ser
144 lacrado em quaisquer postos de inscrição relacionados no ANEXO II ou através de meio
145 eletrônico seguro e determinado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -
146 INEMA, ou ainda via Correios com aviso de recebimento, sendo de responsabilidade do
147 candidato a entrega ou envio de todos os documentos exigidos, sendo esta condição
148 fundamental para a inscrição e posterior avaliação de habilitação.” Mariana Mascarenhas
149 informou que esta proposta veio da Coordenação de Interação Social e passou pela Câmara
150 Técnica Institucional e Legal e salientou que esta proposta é para dar melhor agilidade às
151 eleições dos comitês. Marcia Telles questionou se haveria alguma observação sobre a
152 proposta, como não houve a proposta foi aprovada por consenso. Em seguida passou a
153 discussão para alteração da redação do Art. 2º da Resolução 28, de 29 de novembro de 2007 e
154 revogam as Resoluções N^o 57 de 26 de novembro de 2009 e a N^o 68 de 25 de março de 2010.
155 Mariana Mascarenhas informou que esta proposta também foi encaminhada a CTIL e
156 salientou que esta resolução é uma adequação à legislação vigente, pois a resolução 57/10 traz
157 como competência da Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos a deliberação de
158 projetos do FERHBA, porém cabe ao Conselho deliberativo a aprovação de propostas de
159 convênios de repasse de recursos de projetos encaminhados pelos órgãos e entidades
160 competentes, logo, cria um conflito entre essas normas e a regulamentação feita pelo
161 regimento do FERHBA e do Conselho Deliberativo do CONERH no âmbito da gestão do
162 FERHBA. O Conselheiro Sergio Bastos questionou sobre a inclusão do inciso na resolução
163 28, pois na redação original da resolução só existem apenas quatro incisos, logo a sugestão é
164 corrigir a redação para inclusão do inciso V. A Conselheira Vanessa Arduina informou que
165 não está alterando o artigo e sim acrescentando o inciso V. Marcia Telles deu
166 encaminhamento apresentando a proposta reformulada pela Assessoria Jurídica do SEMA.
167 José George questionou se não era alteração, pois já existia o artigo V na resolução anterior.
168 Marcia Telles solicitou que fosse colocada em tela a proposta e fez a leitura da proposta e
169 questionou aos demais membros se para a proposta apresentada haveria alguma observação
170 do conselho. A Conselheira Vanessa Arduina fez alguns esclarecimentos sobre a proposta
171 apresentada salientando que somente o artigo V está sendo alterado. Sergio Bastos questionou
172 sobre a alteração da resolução, pois na Resolução n^o28/07 não consta o inciso V. Leila
173 Oliveira disse que na resolução n^o28/07 só consta até o inciso IV e a resolução n^o57/10 que foi
174 acrescentado o inciso V, no entanto questionou se a resolução que deveria ser alterada não
175 seria a resolução 57/10. Vanessa Arduina explicou que as resoluções criadas posteriormente a

176 resolução nº28/07 elas estão alterando a resolução nº28/07, logo quando se altera a resolução
177 que altera a resolução se altera a matriz da resolução. Marcia Telles perguntou a todos se os
178 conselheiros teriam mais alguma dúvida sobre a proposta apresentada. Leonardo Lopes
179 perguntou se alterar o inciso V da resolução nº57/10 qual resolução incidirá a alteração.
180 Vanessa Arduina explicou que quando se cria uma resolução posterior esta remete a uma
181 alteração na matriz, entretanto existe uma Lei complementar nº95/98 do código civil que
182 Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme
183 determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a
184 consolidação dos atos normativos, logo toda alteração realizada posterior a matriz entende que
185 a alteração seja para acrescentar a resolução matriz. Após os esclarecimentos Marcia Telles
186 colocou em votação, e a Resolução foi aprovada por consenso. A Conselheira Marcia Telles
187 apresentou a Proposta de prorrogação da resolução nº73 de 27 de maio de 2012 que trata
188 sobre o prazo dos mandatos dos membros de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs
189 enfatizou que esta proposta foi encaminhada pela Coordenação de Interação Social do
190 INEMA em face da dificuldade para renovação destes conselhos, a proposta passou pela
191 CTIL, Marcia Telles perguntou se alguns dos membros têm alguma observação quanto a
192 proposta em tela. Sergio Bastos questionou se a solicitação é apenas para os quatro comitês
193 que estão com o mandato vencido. Mariana Mascarenhas informou que a prorrogação são
194 para os quatro comitês, pois eles estão no processo de renovação. Sergio Bastos salienta que
195 quando prorrogam os prazos destes comitês o processo dos demais será empurrado. Mariana
196 Mascarenhas disse que a CTIL deliberou somente para prorrogação dos quatro comitês que
197 estão em processo de renovação e que os demais comitês caso ocorra algum problema para se
198 renovar no prazo estabelecido no CONERH será encaminhado novamente a plenária para
199 deliberação. A Conselheira Leila Bastos Lembrou que foi discutido na CTIL a dificuldade de
200 mobilização para renovação dos Comitês. Após as considerações e esclarecimentos sobre a
201 proposta em tela os membros do conselho aprovaram a resolução. A Sr^a Marcia Telles deu
202 continuidade a pauta da reunião com apresentação da Proposta de Criação do Grupo de
203 Trabalho para tratar sobre Medidores de Vazão. A Sr^a Leila Bastos salientou a necessidade de
204 discutir a Instrução Normativa que trata sobre a obrigatoriedade de criação de medidores de
205 vazões. Marcia Telles perguntou aos demais membros do conselho quem se habilitaria a
206 compor o Grupo de Trabalho que terá 5 representantes do conselho. Em seguida os membros
207 do conselho se pronunciaram. O Conselheiro Evilásio Frago se dispôs a compor o GT para
208 discutir a proposta que será encaminhada ao Conselho. O Conselheiro João Lopes também se
209 colocou a disposição. O Sr José Olimpio colocou a SEAGRI como membro do GT. Maria
210 Amélia do INEMA se propôs a compor o grupo de trabalho, Demóstenes Miranda Carvalho
211 se colocou a disposição para compor. Marcia Telles após as indicações das representantes
212 para compor o grupo de trabalho perguntou aos demais membros do conselho se a
213 composição do GT contemplava a solicitação. Evilásio Fraga sugeriu ao conselho que na
214 composição do GT a sociedade civil fizesse parte. O Conselheiro Julio Cupertino sugeriu o
215 nome da conselheira Rita Barbará que aceitou a indicação e se colocou a disposição. Após as
216 indicações os membros do conselho aprovaram a criação do grupo de trabalho e a
217 composição. Neste momento iniciaram as apresentações. A primeira apresentação tratou
218 sobre o tema Segurança de Outorga que foi apresentada por Vanessa Arduina. Marcia Telles
219 deu continuidade à reunião passando para as apresentações que com a apresentação sobre
220 Segurança de Outorga que será apresentada por Vanessa Arduina. Mariana Mascarenhas

221 informou que esta demanda é dos conselheiros do CONERH e salientou que esta temática foi
222 dialogada tanto com o jurídico do INEMA quanto o Jurídico da SEMA, entretanto o jurídico
223 solicitou que um dos conselheiros do CONERH direcionasse o questionamento para que
224 houvesse o dialogo e a temática pudesse ser esclarecida no âmbito jurídico. O Srº Evilásio
225 Fraga disse que o tema foi abordado no CONERH, quando foi exposto na pauta a suspensão
226 de outorga na Bacia do Rio de Contas que foi suspensão jurídica, em seguida os conselheiros
227 representantes dos usuários de água sentiu a necessidade de discutir como se daria este
228 processo de suspensão de outorga, quando das situações que se aplicasse essa suspensão.
229 Evilasio também salientou que neste momento de escassez hídrica que a Bahia esta
230 atravessando se faz necessário discutir os procedimentos para suspensão da outorga. Leila
231 Oliveira disse que a preocupação sobre o tema se faz por que o conselho terá que deliberar e
232 discutir sobre a cassação da outorgam, pois o CONERH é a instancia recursal, logo é
233 necessário esclarece sobre segurança de outorga e como o conselho poderá monitorar sobre as
234 ações que estão sendo tomadas em relação à suspensão de outorga. O Srº João Lopes disse
235 que é um tema preocupante, porém salientou que já existe uma discussão entre o INEMA e
236 SEMA e que o mesmo já expôs a situação ao Secretario Eugênio, também informou que a
237 preocupação não é referente ao cancelamento da outorga em detrimento a seca e sim em
238 relação ao cancelamento referente ao vencimento da outorga. Contudo sugeriu que o órgão
239 executor notifique os usuários sobre do vencimento da outorga, entretanto salientou que se faz
240 necessário que o usuário tenha este controle de vencimento de sua outorga. Sergio Bastos
241 questionou se existe alguma segurança para o empreendedor que solicita renovação de sua
242 outorgada e o órgão executor não se manifesta. Marcia Telles disse que a mesma é renovada
243 automaticamente. Marcia fez considerações sobre as operações realizadas pelo INEMA para
244 coibir a captação de água, ao mesmo tempo informou que entende o ponto de vista colocada
245 pelo conselheiro João Lopes e ressaltou que para o empreendedor, se for do interesse, o
246 mesmo deve se beneficiar do que determina a Lei que é solicitar a renovação da licença ou da
247 outorga com prazos anteriores aos seus vencimentos, ou seja, outorga 90 dias e licença 120
248 dias, deste modo ele deve se beneficiar dessa possibilidade que ele tem, caso isto não ocorra
249 ele deve sofrer os rigores que lhe deverão ser impostos. Também advertiu que para
250 empreendedor serão algumas outorgas e licenças, mas para o órgão executor são milhares de
251 outorgas e licenças, portanto não acredita que o problema se resolverá se o órgão estadual
252 trouxer mais este ônus de notificar o empreendedor do vencimento de sua outorga ou licença.
253 Em relação às operações de fiscalização realizadas pelo INEMA não foram pra suspensão de
254 outorgas e sim para interditar o uso devido à escassez de recursos hídricos, portanto quem tem
255 outorga continua com a outorga. A respeito da operação fiscalização que ocorreu para
256 interditar temporariamente o uso da água foi verificada que 99% dos usuários de água não
257 apresentavam outorga, logo as atividades eram irregulares, ou seja, as atividades não tinham
258 análise da pertinência para elas ocorressem e o órgão não tinha nenhuma noção do uso.
259 Entretanto mesmo que o empreendedor tenha outorga a lei faculta ao órgão diante de alguns
260 critérios e situações a suspensão, porém ato autorizar discricionário, mas o de suspensão não é
261 esta aliado a situações específicas definidas em lei. Marcia Telles ponderou sobre as
262 operações de fiscalização e a ação do comitê de convivência com a seca do Governo do
263 Estado, após os esclarecimentos passou a palavra para Vanessa Arduina que fez
264 esclarecimentos dos fundamentos jurídicos sobre o caráter precário dado a outorga que esta
265 previsto na Lei estadual e federal e define os princípios que regem o direito do uso da água,

266 logo cabe o órgão executor da política em detrimento as mudanças priorizar o abastecimento e
267 desententação de animais, porém em relação ao caso relatado pelos conselheiros se faz
268 necessário cumprir a sentença judicial, esta poderá ser contestada, mas não desobedecer a
269 ordem judicial. Bruno Jardim fez vários esclarecimentos a respeito do processo de outorga e
270 falou que é necessário rever o processo de outorga e de gerenciamento para garantia do uso da
271 água, entretanto salientou que vivemos em um estado que tem diversos problemas de
272 convivência com a seca. Disse também que importante realizar um processo de avaliação e
273 convidar as pessoas para participar do processo e salientou que a participação dos comitês é
274 essencial neste dialogo, além disso, falou sobre a necessidade de informar a população de
275 Salvador sobre como é realizado o abastecimento de Salvador, pois o a metade do
276 abastecimento de Salvador é realizado por uma região que esta passando por um período de
277 seca. Bruno também questionou quais as ações que estão sendo tomadas para informar a
278 população de Salvador, o que EMBASA esta realizando para diminuir o desperdício, ou seja,
279 quais são as ações que estão acontecendo para conscientizar a população sobre o desperdício,
280 que também não é só utilizado para o abastecimento humano e é fornecido pela EMBASA,
281 entretanto é importante ressaltar para as pessoas que estão passando pela SECA que diferentes
282 indivíduos estão sendo colocado no processo de racionalização do uso da água, Bruno
283 também sugeriu que sejam realizadas medidas para a diminuição do consumo da água,
284 campanhas diversas para verificar quem tem vazamento de água etc. e sem isso a gente não
285 têm um controle eficiente. Evilasio Fraga fez um sucinto relato sobre a concessão e prazos
286 das renovações de outorgas na Bahia e citou a Resolução nº16 do Conselho Nacional de
287 Recursos Hídricos - CNRH que diz que as outorga devem ser concedidos de acordo com
288 atividade, e lembrou que atividade agrícola é uma atividade permanente, e assegurou que
289 muitos das outorgas que estão em situação irregular ou não renovadas se dão em função do
290 prazo da renovação que foi alterado, entretanto também foi relatado que quando da junção dos
291 órgãos ambientais INGÁ e o IMA o procedimento para concessão de outorga foi alterado e
292 não foi informado aos usuários, falou também que nas autorizações de licença existe uma
293 informação sobre o prazo para renovação e na outorga não vem informando. Também
294 questionou sobre como Estado pode proceder para aplicar a suspensão e diminuir o impacto,
295 por fim sugeriu assim como é utilizado por outros órgãos do Estado a emissão de boleto aos
296 usuários quando da renovação da outorga. Leila Oliveira ponderou que para o conselho
297 delibere sobre as suspensões de outorgas se faz necessário um histórico do que esta ocorrendo
298 no leito do rio como todo e não somente onde esta sendo suspensa a outorga. Rita Barbara
299 salientou que é dever dos usuários se organizarem e se atentarem para os vencimentos das
300 outorgas e não dever do estado avisá-los. Sergio Bastos indagou se a prerrogativa da alteração
301 da lei que diz que vencendo o prazo para renovação da licença o empreendedor pagará uma
302 multa e sua licença será renovada se a mesma prerrogativa será utilizada para outorga. Nelson
303 Matias, engenheiro agrônomo representantes dos produtores do vale do rio Utinga, fez um
304 breve relato das ações realizadas pelo INEMA naquela região de Utinga e demais municípios,
305 solicitou que fosse analisado as suspensão das outorgas dos municípios de Utinga, Wagner e
306 Bonito, pois conforme relatou os municípios mencionados sobrevivem basicamente da
307 agricultura familiar. Após as intervenções dos conselheiros a Srª Marcia Telles esclareceu os
308 questionamentos dos conselheiros, disse que as operações ocorrem devido a denuncias,
309 entretanto informou que cerca de 258 municípios já decretaram estado de emergência devida a
310 escassez hídrica informou que esta se discutindo a regulamentação da lei da política de

311 recursos hídricos e que no decreto se esta abrindo mais uma alternativa para os usuários que
312 perdem o prazo, falou também que a situação de Pedra do Cavalo é drástica e a mesma
313 abastece Feira de Santana, Região Metropolitana e Salvador e esta é uma situação
314 extremamente critica, contudo as previsões do clima não são favoráveis e a barragem do
315 Pedra do Cavalo perde 2cm de nível por dia e o reservatório esta com um volume útil hoje de
316 13%, logo se faz necessário realizar algumas operações em algumas regiões, pois estas
317 contribuem para o abastecimento de pedra do cavalo. Falou da campanha realizada pela
318 EMBASA em Salvador informando a população sobre a seca, porém disse que se faz
319 necessário que a população de Salvador tenha esta preocupação com a utilização da água,
320 logo é necessário que seja feito uma campanha mais popular para incentivar o consumo
321 consciente. Esclareceu sobre as fiscalizações realizadas nos municípios que estão sofrendo
322 pela seca e disse que o prazo de 15 dias foi dado aos empreendedores que estava preste a
323 colher os tomates e quem plantou neste período perdeu seus investimentos. Marcia Telles
324 disse ao senhor Nelson Matias que o INEMA caso seja solicitado poderá retornar a região de
325 Utinga para verificar se houve restabelecimento do rio poderá realizar uma nova medição e se
326 colocou a disposição da comissão para maiores esclarecimentos. Evilasio Fraga requereu que
327 a discussão do decreto que regulamenta a Política Estadual de Recursos Hídricos fosse
328 discutida no CONERH, também questionou sobre proposta de emissão de boleto para que a
329 outorga seja renovada automaticamente quando da quitação do boleto pelo usuário. João
330 Lopes disse que de acordo com a conversa realizada pelo Secretario e Ana Paula diretora de
331 regulação do INEMA a proposta é que caso o usuário solicite a renovação fora do prazo ele
332 pague uma multa e terá a outorga renovada, também citou a hidrelétrica do Grupo
333 Votorantim que esta situada na barragem da Pedra do Cavalo usando água ate pouco tempo
334 deve se verificar essa situação, pois a mesma não tem viabilidade. Marcia Telles disse que a
335 captação de água realizada pela EMBASA é fixa, porém o lago tem muita água, no entanto
336 significa que a bomba da EMBASA só pode captar ate o determinado nível, mas quando o
337 nível baixa muito não tem como captar, disse também que a usina não é o problema e que não
338 existe nenhum risco de perda de energia. O que a Votorantim utiliza como geração de energia
339 é o que INEMA libera como vazão ecológica por que ainda existe uma vazão ecológica,
340 porém foi publicada pelo INEMA uma portaria reduzindo essa vazão, mas mantém a vazão
341 ecológica por que existe todo um sistema de jusante da barragem inclusive com comunidade,
342 além disso, existe indústria que fazem lançamentos dos seus afluentes. Também salientou que
343 o INEMA esta realizando um monitoramento juntamente com a CERB e a EMBASA. Após
344 os esclarecimentos Marcia Telles fez alguns encaminhamentos sobre o retorno da reunião no
345 período da tarde. Os conselheiros decidiram por retornar os trabalhos no período da tarde.
346 Leila Bastos indagou se o assunto segurança de Outorgada foi encerrado e se haverá algum
347 encaminhamento. Vanessa Arduina disse que a foi discutido e que a segurança é dentro da
348 possibilidade e através dos estudos feitos e o que se pode realizar pelo órgão é regulamentar
349 as outorgas e realizar os estudos de planos de Bacia e fazer o controle, ou seja, o estado esta
350 fazendo a gestão. O Srº José Olimpio disse que a Segurança de Outorga passa pelo aspecto
351 administrativo e jurídico, mas também passa por investimentos públicos para que a segurança
352 de outorga seja efetivada, pois existe a necessidade de realizar obras como barragem, series de
353 outras obras e cabe ao Conselho recomendar ao Estado esta necessidade. Vanessa Arduina
354 salientou que não é somente o investimento em infra-estrutura, mas os estudos que poderá
355 embasar os investimentos em infra-estrutura do Estado. Rita Barbara solicitou pedido de

356 ordem, pois foi votado por encerrar a reunião e retornar após o almoço. Marcia Telles disse
357 que ao voltar do almoço caso seja necessário retornar a discussão para um fechamento da
358 discussão será realizada. Marcia Telles deu prosseguimento à reunião do conselho no período
359 da tarde com os informes. Leila Oliveira solicitou que antes de continuar a reunião fosse
360 discutido o encaminhamento sobre o tema Segurança de Outorga. Marcia Telles informou que
361 não havia quorum e sugeriu da continuidade a pauta do CONERH. Em seguida convidou
362 Milza Maria Viana da Coordenação de Interação Social – CODIS/INEMA para dar os
363 informes sobre os comitês de Bacia Hidrográficas. Milza Viana iniciou a apresentação com os
364 Comitês FRABS (Frades, Buranhém e Santo Antonio), Recôncavo Sul, PIJ (Peruípe, Itanhém
365 e Jucuruçu), CBH PASO (Paramirim e Santo Onofre), informou que os comitês não possuem
366 decreto de criação, porém continuam em funcionamento, no entanto o CBH do Recôncavo Sul
367 esta com o processo de licitação para o plano de bacia em aberto. CBH Grande e Riachos da
368 Serra Dourada e Brejo Velho está em Processo de Renovação, pois o Comitê está com o Plano
369 de Bacia em elaboração. CBH do Rio de Contas Processo de Renovação, pois o Comitê está
370 com o Plano de Bacia em processo Licitatório. CBH Corrente e Riacho do Ramalho esta em
371 processo de renovação e esta elaborando o Plano de Bacia. CBH do Lago do Sobradinho esta
372 em processo de renovação, porém a Bacia do Lago do Sobradinho esta sofrendo com a
373 problemática da seca, do assoreamento e poluição do rio São Francisco, esta situação foi
374 passada para os membros da Câmara Técnica Institucional e Legal do CONERH e o
375 Conselheiro Eduardo Rode solicitou os contatos dos Presidentes e Dirigentes das Colônias de
376 Pescadores de Casa Nova e Pilão Arcado e comunicou ao Coordenador da equipe de
377 fiscalização da FPI do São Francisco os quais estiveram na área fazendo a fiscalização. CBH
378 Leste, CBH Verde Jacaré, CBH Salitre, não estão em processo de renovação embora os
379 mandatos dos membros estejam vencendo no final de 2012, entretanto os CBH Leste e Salitre
380 estão com o Plano de Bacia em processo licitatório. Também informou que A SEMA e o
381 INEMA já esta planejando o Plano de capacitação para os membros dos Comitês e Técnicos,
382 no entanto o curso será lançado no Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas dias 30
383 e 31 de julho de 2012. Milza Viana informou que o Fórum Baiano de Comitês de Bacias esta
384 em funcionamento. Milza Viana após os informes sobre os comitês expôs alguns artigos das
385 resoluções 52/09 e 55/09, sendo que a Resolução 52/09 do CONERH o seu artigo 11 do
386 Anexo Único da resolução já havia sido alterada na reunião do conselho. Milza Viana colocou
387 ao conselho que a Resolução 55/09 do CONERH em seu artigo 6º cita que os representantes
388 dos segmentos do poder público municipal, dos usuários e das organizações civis, titulares e
389 suplentes, serão, obrigatoriamente, de entidades distintas, não podendo representar mais de
390 uma categoria”, ocorre que o representante do INEMA no Comitê também faz o trabalho da
391 Secretaria Executiva, pois é papel do INEMA apoiar os comitês de Bacia. Jose George
392 explicou que este papel de Secretaria Executiva é da Agência de Bacia, como no estado não
393 temos nenhuma agência o Órgão executor da Política desempenha o papel de Secretaria
394 Executiva nos Comitês de Bacia. Bruno Jardim explicou que o papel da Secretaria é diferente
395 do papel do membro do comitê. Milza Viana explica que o representante do INEMA atua
396 como secretaria executiva e como membro do comitê. Vanessa Arduina fez um
397 esclarecimento sobre a resolução no que tange a representação do INEMA e disse que não
398 tem divergência legal. Marcia Telles sugeriu que fosse feito um encaminhamento sobre o
399 tema levantado pela CODIS e encaminhar a CTIL para que a mesma delibere sobre o tema.
400 Leila Oliveira disse que esta apresentação foi solicitada pela CTIL para ao INEMA trazer para

401 a plenária a dificuldade da renovação dos comitês e os membros do conselho ajudar nesta
402 divulgação. Marcia Telles disse que isso deve ser divulgado e trabalhado exatamente dessa
403 forma, pois existe uma dificuldade de alcançar as pessoas, logo é necessário que os
404 conselheiros ajudem nesta divulgação. Bruno Jardim salientou que é necessário que as
405 pessoas passem a participar do processo. Kitty Tavares pediu licença para informar aos
406 conselheiros sobre a capacitação dos conselheiros e já esta disponível no site da Sema e que
407 terá duas etapas presencial e a distância. Em seguida Marcia Telles informou que irá discutir
408 com a CODIS a melhor forma do conselho ajudar com a divulgação das renovações dos
409 Comitês e passará para o conselho. Após o informe sobre os Comitês de Bacia. Marcia Telles
410 passou a dar os informes sobre a situação da Seca na Bahia. Marcia Telles iniciou sua
411 apresentação falando sobre o Comitê Estadual para Ações Emergenciais de Combate aos
412 Efeitos da Seca que se reúnem todas as terças sendo uma reunião de ações e outra de entraves.
413 Disse também que todas as ações vêm sendo monitorada e realizada juntamente com todas as
414 secretarias Estaduais e Governo Federal e que todas as informações estão no site da Casa
415 Civil do Estado para que todas as pessoas tenham acesso a essas informações. Foram
416 liberados R\$30 milhões de Recursos Emergencial da Defesa Civil Nacional do Ministério da
417 Integração para operações com carros-pipa para garantir o fornecimento, inclusive nas
418 localidades mais afastadas essas ações foram executadas através da CAR, SEDES e
419 CORDEC, 05 (cinco) municípios foram impossibilitados de Assinar o Termo de
420 Compromisso, pois receberam recursos direto do Ministério da Integração R\$ 200 mil cada e
421 04 (quatro) se recusaram a assinar; 208 (duzentos e oito) municípios assinaram o Termo de
422 Compromisso e 211 (Duzentos e onze) municípios receberam Ordem de Serviço para
423 iniciarem a operação, mesmo com documentação pendente e 88 (oitenta e oito) municípios
424 entregaram plano de trabalho. Através da CORDEC e com recursos do Fundo de Combate à
425 Pobreza (Funcep) foram realizados convênios com as prefeituras para limpeza de aguadas.
426 Também foram realizadas ações emergenciais para prestar assistência alimentar à população
427 atingida pela estiagem. E foram distribuídos vales para troca por cestas de alimentos nas lojas
428 da Cesta do Povo, gêneros alimentícios entregues diretamente à população. O Governo
429 também investiu em infraestrutura de saneamento básico e acesso à água foram investidos
430 cerca de R\$ 758 milhões apenas em abastecimento de água, que se concretizaram na
431 construção de 2.200 sistemas de abastecimento de água, 29 barragens, além de mais R\$ 600
432 milhões em investimentos em saneamento, Credito emergencial e Bolsa Estiagem, também
433 foram realizadas fiscalização do INEMA para coibir o uso inadequado dos recursos hídricos,
434 após a apresentação foi aberto para os esclarecimentos. Helio Gamalho perguntou se a adutora
435 do município de Irecê será apenas para abastecimento humano. Marcia Telles informou que
436 no Comitê para Ações Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca esta situação não foi
437 colocada. Hélio Gamalho Vasconcelos fez um depoimento e questionou sobre o que o
438 conselho pode fazer para minimizar os danos causados pelo homem a natureza, devido à
439 perversa utilização do solo e devastação que vem sendo feita nas matas e rios e como Falou da
440 experiência dele na região da Caatinga e das áreas que precisam fazer o Licenciamento
441 Ambiental e da exigência do órgão em fazer a reserva legal, questionou sobre o papel do
442 Conselho e de quem é a responsabilidade de fazer a exigência da reserva legal. Também
443 questionou sobre como devemos enfrentar a questão e salientou a necessidade do Conselho
444 pensar sobre assunto estratégico, pois as medidas que estão sendo discutida agora sobre a
445 Seca estão sendo tomadas em virtude do que esta ocorrendo. E discutiu o que o Conselho

446 deve fazer em relação toda devastação que esta ocorrendo. O conselheiro José Olimpio
447 respondeu que a adutora de Irecê é da EMBASA e salientou que a mesma não fornece água
448 para Irrigação, logo a adutora será utilizada para o abastecimento Humano. O conselheiro
449 também informou sobre os projetos dos “Perímetros irrigados” através de rios intermitentes,
450 temos projetos Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
451 CODEVASF dois projetos no Sudoeste Estreito e Ceraíma, e o projeto Mirorós são projetos
452 públicos Federais e temos projetos estaduais em Ponto Novo, Paulo Afonso, São Jose do
453 Jacuípe e Curral Novo. Paulo Afonso e Curral captam água das barragens que não tem
454 problemas relacionados com a escassez da água, porém os projetos de irrigação de Ponto
455 Novo e São José do Jacuípe estão passando por momentos críticos podem ter problema de
456 redução de seus volumes e os projetos são bem estruturados. O conselheiro sugeriu que
457 quando da redução da vazão de água, faz necessário sentar na mesa com o pessoal do distrito
458 de irrigação do perímetro irrigado que estão passando por momentos críticos em relação à
459 redução do volume de água, e informou que os projetos são bem estruturados e
460 fundamentados, porém se faz necessário dialogar com o setor de Irrigação para discutir a
461 diminuição do volume outorgado. Bruno Jardim reiterou a necessidade de conscientização
462 sobre o uso da água em Salvador e todos os lugares que são abastecidos pela barragem de
463 Pedra do Cavallo. Marcia Telles respondeu primeiramente ao Sr Helio Gamalho sobre a
464 Reserva Legal disse que a nova legislação simplificou o processo para realizar a reserva legal,
465 também disse que os planos de bacia são importantes ferramentas nas tomadas de decisão e
466 esta ferramenta irá ajudar o órgão no planejamento nas ações que podem e que não podem ser
467 efetuadas. Vanessa Arduina também informou que o sistema de Reserva Legal já esta no
468 sistema SEIA disponibilizado para protocolo, porém o ZEFIR que será similar o CAR para o
469 Estado ainda não esta funcionando ele será a ferramenta que fará a leitura total do imóvel e
470 seu passivo e ativo, porém não esta funcionando. Marcia Telles agradeceu a informação sobre
471 a adutora de Irecê e informou que a SEAGRI faz parte do Comitê Estadual de Convivência
472 com a SECA e as informações sobre os perímetros irrigados são discutidas junto com a
473 Secretaria e que nas reuniões que foram definidos algumas diferenças de vazões a SEAGRI
474 estava presente, a grande preocupação em relação ao Ponto Novo é que em Setembro a
475 EMBASA vai captar 370 litros por segundo para fazer abastecimento aos municípios da
476 jusante alem de toda demanda tem alem do perímetro irrigado ainda via acontecer esse aporte
477 de captação da EMBASA, porém se a barragem continuar da forma que esta a barragem de
478 Ponto Novo só terá água ate janeiro de 2013 a preocupação é gerar uma expectativa em
479 relação a água e em Janeiro dizer a população que a água acabou. O pensamento do Comitê e
480 o do GT de trabalho formado entre o INEMA, EMBASA e CERB é imprimir uma
481 característica preventiva, também existe uma previsão para a Barragem de Pedra Altas de
482 captação pela embasa. Importante ressaltar que avaliação é feita através de sistema
483 observando quem abastece quem e avaliando as barragens que tem contribuição para outra.
484 José Olimpio disse que há necessidade de integrar as três barragens e ouvir os distritos de
485 irrigação, preparar os mesmo para as decisões tomadas sobre as suspensões. Maria Amélia
486 informou que existe um canal de dialogo e que as informações são antecipadas e apresentadas
487 a SEAGRI e que o mesmo se responsabiliza a passar aos distritos de irrigação. Marcia Telles
488 disse que as decisões estão sendo subsidiadas por estudos antes da tomadas de decisões. José
489 Olimpio disse que o gerente de Ponto Novo esta preparando um documento com avaliação da
490 situação com bases na informação que ele possui para apresentação do projeto como todo e

491 salientou que os distritos desejam ter participação nas decisões. O Conselheiro Julio
492 Cupertino disse que há muito tempo que vem colocando no Conselho a Situação do Rio
493 Cocho da região da Chapada Diamantina em Seabra que esta totalmente assoreado e ate o
494 momento não houve nenhuma intervenção do Estado neste Rio e salientou que os ribeirinhos
495 estão sofrendo, disse também que as ações referente a SECA exposta na apresentação ainda
496 não contemplou a comunidade quilombola, disse também que foram feito cadastro de mais de
497 mil famílias para receber a cesta alimentar em agosto de 2011 e ninguém ate o momento não
498 recebeu. Há aproximadamente três meses a prefeitura fez novamente o cadastramento das
499 famílias quilombolas da região para receber o auxilio e ate o momento nenhuma família
500 recebeu a ajuda do governo, Julio Cupertino também falou que a atuação do conselho quanto
501 as denuncias feitas pelos seus conselheiro deixa muito penalizado em saber que mesmo
502 expondo a situação de sua região ninguém toma nenhuma providência, logo sugeriu que o
503 conselho seja mais atuante para que todas essas ações ditas no conselho saia do papel, e
504 relatou que ele encontra-se nesta região que esta passando pela situação da SECA e não estão
505 sendo assistido pelas ações do governo e que o conselho tenha mais agilidade habilidade com
506 suas ações para que a mesma não fique no papel. Marcia Telles com relação à campanha de
507 conscientização ela concorda plenamente e destacou que o Secretario Eugênio Spengler
508 colocou a preocupação com a campanha feita pela Embasa para redução do consumo em
509 Salvador sobre a Racionalização do Uso da água, o INEMA também coloca essa situação nas
510 reuniões do comitê. Marcia Telles informou que na região de Seabra foram realizadas quatro
511 operações de fiscalizações dentre as ações de fiscalização foi realizado juntamente com o
512 DERBA desassoreamento do Rio da Prata e junto com a Embasa limpeza das nascentes e
513 disse que levará a solicitação do conselheiro Julio Cupertino para que possa realizar uma
514 operação no Rio Cocho. Leila Marcia fez uma sugestão ao conselho e ao Estado para que a
515 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB pudesse de alguma forma
516 participar do no Comitê para Ações Emergenciais de Combate aos Efeitos da Seca, pois a
517 FAEB e SENAI estão com um programa no semi árido chamado Viver bem e que tem todo
518 um trabalho sendo feito junco com os sindicatos e sugeriu que a FAEB apresente este
519 programa no conselho. Mariana Mascarenhas informou que o conselho esta representando
520 através da sociedade civil. Marcia Telles informou que não havia quorum para deliberação,
521 mas que a solicitação será colocada na próxima reunião do conselho. Nelson Matias
522 representante dos Irrigantes de Utinga solicitou informação sobre a Barragem de Bandeira de
523 Melo como esta sendo utilizado. Maria Amélia do INEMA informou que a barragem
524 Bandeira de Melo esta sendo utilizada para fazer essa regularização, e a informação que o
525 INEMA tem que a barragem esta vertendo, porém esta havendo um monitoramento e medição
526 para saber qual o impacto real deste fornecimento terá na barragem de Pedra do Cavallo.
527 Bruno Jardim disse que quando foi inaugurado a Barragem de Pedra de Cavallo tinha um
528 sistema de monitoramento e perguntou se o mesmo funcionando. Marcia Telles disse que não
529 tem essa informação, porém informou que irá buscar esta informação. Após os
530 esclarecimentos passou para apresentação da Nota técnica da Comissão Interinstitucional de
531 Educação Ambiental – CIEA e convidou Zanna Maria Rodrigues. A Diretora de Educação
532 Ambiental da SEMA para discorrer sobre a proposta da Comissão Interinstitucional de
533 Educação Ambiental – CIEA. Zanna Rodrigues Contextualizou a CIEA para enfatizar a
534 solicitação da Comissão em exercer a função de Câmara Técnica de Educação Ambiental do
535 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH. Zanna Rodrigues discorreu sobre a

536 instituição da CIEA, e as ações que a CIEA vem desenvolvendo no Estado, falou sobre a Lei
537 Estadual que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, que foi construída
538 no âmbito da CIEA, falou sobre a competência da Comissão e disse que a CIEA esta
539 regulamentando a Lei da Política. Falou do programa de Educação Ambiental, e a composição
540 da CIEA, também falou das câmaras técnicas. Também falou que a CIEA é deliberativa em
541 seu âmbito e qualquer deliberação referente à gestão das águas a Comissão encaminhará para
542 o CONERH. Rodrigo Stolze explicou sobre as diretrizes de trabalho da CIEA e ressaltou que
543 a diretriz principal da Comissão é apoiar a elaboração de programa de Educação Ambiental
544 que é um mecanismo de aglutinar varias ações, falou das visitas aos Comitês de Bacia para
545 implementar a Educação Ambiental no âmbitos dos Comitês. Também falou que foi discutido
546 com o órgão gestor sobre a implementação do Programa de Educação Ambiental nos Planos
547 de Bacia dos Comitês e que o mesmo seja considerado como uma ferramenta de trabalho
548 juntos aos Comitês. Também falou da elaboração de matérias pedagógicos de Educação
549 Ambiental. Sergio Bastos questionou sobre o prazo para a implementação da política de
550 Educação Ambiental aliado aos planos de Bacia. Rodrigo informou que edital trata-se de
551 apoio na elaboração do programa que um instrumento que vai institucionalizar o programa
552 compondo várias ações de Educação Ambiental. Vanessa Arduina salientou que a proposta é
553 que a CIEA seja a Câmara Técnica do CONERH. Após as considerações os membros do
554 Conselho solicitaram que a proposta fosse encaminhada a Câmara Técnica Institucional e
555 Legal – CTIL para que a mesma opine sobre o pleito da CIEA. Em seguida Leonardo Lopes
556 solicitou em que Ocorrer uma declaração do Conselho informando o funcionamento do
557 Comitê de Bacia para que a EMBASA pudesse participar do Programa Despoluição de Bacias
558 Hidrográficas - PRODES da Agência Nacional de Águas. Após a solicitação Marcia Telles
559 solicitou que fosse encaminhada a Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais. Sem
560 mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Clarice Xavier lavro esta Ata que vai
561 assinada por mim e os demais membros integrantes deste Colegiado. Salvador, 26 de julho de
562 2012.

563 **Presidente:** Eugenio Spengler

564 **Secretaria Executiva:**

565 Mariana Mascarenhas

566

567 **Membros:**

568 Márcia Cristina Telles de Araújo Guedes INEMA

569 Maria Amélia de Coni e Moura Matos Lins - INEMA,

570 José George dos Santos Silva – INEMA

571 José Olimpio Rabelo de Moraes – SEAGRI

572 Alcina Andrade – SESAB

573 Maria Aparecida Araújo Figueiredo – SESAB

574 Hélio Gamalho Vasconcelos – SICM

575 Evilásio da Silva Fraga – FAEB

576 João Lopes – AIBA

- 577 Leila Marcia Souza Oliveira – ABAF
- 578 Demósthenees Miranda de C. Filho – CETREL
- 579 Carlos Augusto Pamponet Ribeiro Dantas – Petrobras
- 580 Marcos Galindo Pereira Lopes – FIEB
- 581 Sergio de Almeida Bastos – COFIC
- 582 Rita Barbara Garcez Lima – Associação dos Amigos do Ilé Ase Oya Tola,
- 583 Julio Cupertino dos Santos – Associação Comunitária Quilombola Baixão Velho,
- 584 Bruno Jardim da Silva – Escola Politécnica da UFBA,
- 585 Selma Silva – ABES,
- 586 Elaine Aparecida Rodrigues – Associação Fórum Pró Cidadania
- 587 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
- 588 Clarice Souza Xavier;
- 589 Marília Gavazza.